

Discursos em Arqueologia

Textos oferecidos ao Professor Vitor Oliveira Jorge

Coordenadores:

M. Jesus Sanchez • J. P. Cunha-Ribeiro • S. Monteiro-Rodrigues

Coimbra • Porto • 2012

Onde a cidade se encontra com a sua construção: passados e passos estratigráficos

M. Conceição Lopes

CEAUCP/Univ. Coimbra

O projeto *Arqueologia das Cidades de Beja: onde a cidade se encontra com a sua construção*, o qual responde pela atividade arqueológica na área do reservatório de água da cidade de Beja, em razão dos achados que proporcionou e das condições em que estes existiram e se conservaram, abriu um vasto e rico campo de possibilidades para refletir sobre a arqueologia contemporânea, nomeadamente aquela que se faz em cidades com quotidiano a cumprir e futuro a delinear e que se impõe como objectivo a análise do processo de interação entre os habitantes da cidade e o espaço urbano na longa duração.

O trabalho arqueológico em contexto urbano ativo assume particularidades que o distinguem daquele que se realiza em contextos que facilmente se desimpedem e onde, por circunstâncias várias, em algum tempo cessou um processo ininterrupto de ocupação habitada e de vida comunitária.

É que, entre outros, a intervenção arqueológica em estrutura urbana arisca uma forte possibilidade de interferência na vida diária das colectividades e um impacto desregulador na cadeia de hábitos quotidianos dos habitantes, de alguns apenas, ou de todo o colectivo.

A minimização dos custos de interferência e perturbação dos ritmos de vida pessoais e colectivos e o esforço de adaptação que é imposto à colectividade poderá ser aliviado se houver um forte comprometimento social dos arqueólogos, os quais se devem empenhar em transferir e incorporar conhecimento científico no quotidiano e em assegurar a participação da comunidade no processo de

produção do conhecimento. Todavia, esta participação inclusiva deve ser entendida não como uma compensação ou um modo de estabelecer uma relação harmoniosa com a população mas, ao invés, como uma exigência de coerência, considerando, entre outros, a óbvia e natural curiosidade que as comunidades têm em conhecer a sua história, o contributo que estas podem aportar por serem herdeiras particulares e (re)criativas guardiãs do passado colectivo de todos os tempos, incluindo o presente e o direito que lhes é devido ao acesso ao conhecimento. Portadoras privilegiadas de vasto e rico conhecimento sobre o devir colectivo é obrigatório asseverar a sua participação em todas as fases trabalho arqueológico desde a intervenção até à interpretação.

O plano de trabalhos e as estratégias de intervenção devem, assim, compreender tanto os instrumentos metodológicos adequados á necessidade de minimizar entraves e estorvos como contemplar formas de relacionamento equponderado com a colectividade em geral e com as autoridades responsáveis pela gestão do espaço.

Nos trabalhos arqueológicos que se realizam enquadrados com intervenções e obras inscritas nos planos de ordenamento e em intervenções planeadas no quadro de políticas públicas de desenvolvimento os mecanismos para minimizar os eventuais incómodos estão, à priori, devidamente acautelados e a sua duração definida¹.

Todavia, nos casos em que os trabalhos arqueológicos se realizam autónoma relativamente a obra ou a intervenção planeada, a mobilização de meios para obviar os transtornos nem sempre se assegura com a mesma facilidade. Tratando-se de trabalhos cujos limites de intervenção não estão previamente fixados, terminando quando se cumprem os objectivos científicos que se propõe desenvolver, o seu tempo de duração pode alongar-se por muito tempo e o desconforto pode transformar-se em factor de tenção.

Nestes casos é necessário que a intervenções compreenda uma adequada estratégia de ação, a qual deve atentar no facto de que as a visão que os colectivos têm do lugar onde pertencem e sentem como pertença sua os mobiliza em acordo ou em oposição, pontual ou geral, como ativos intervinientes para as tomadas de decisão sobre o que querem que seja e como querem que seja o seu espaço de vida, não lhes sendo, portanto, indiferente o trabalho que lhes rompe o chão e de onde pode surgir informação passível de utilização por uns e por outros em questões de políticas de gestão do espaço urbano.

¹ O que ocorre cada vez com mais frequência, sobretudo no quadro de intervenções de salvamento, para dar cumprimento à lei.

Em circunstâncias em que os dados da arqueologia se apresentam com potencial para confrontar diretamente as políticas de intervenção urbana e sustentam ou sugerem propostas alternativas de intervenção urge assegurar que a dimensão política das propostas da arqueologia não será objecto de manipulação por interesses políticos que lhe são exteriores e garantir a sua participação nas tomadas de decisão sobre os planos de gestão urbana de modo direto e sem intermediários políticos ou técnicos. Se para obviar as alterações às condições de vida da comunidade, quer no que respeita à frequência do espaço quer no que se relaciona com a sua harmonia sonora, quanto maior for a informação disponibilizada sobre a intervenção mais facilmente se criam cumplicidades, no que às decisões sobre o planeamento diz respeito, quanto mais amplo e integrado for o conhecimento da cidade maior é a sua eficácia.²

Ora, para que esse conhecimento possa ser consequente é necessário que se não abdique de reclamar para os núcleos urbanos a condição de sítios arqueológicos coesos e que o trabalho arqueológico, em observância de uma correta leitura das dinâmicas que marcam a “fábrica da cidade”³, não prescindida de reivindicar esta característica, mesmo que a lei permita intervenções que a desconsiderem e os agentes públicos e privados nem sempre mostrem disponibilidade para a deferir.

É que, dispensar a observação deste princípio aglutinador de compreensão que é o de entender o núcleo urbano como um único sítio arqueológico, no qual o tempo se não pode partilhar em fatias cronológicas, porque ele é o longo tempo da sua construção, onde o passado e o presente convergem de modo interligado, e a malha urbana se não pode desmembrar em pedaços morfológicos desarticulados, porque ela é uma rede vinculada às sociedades e às práticas sociais que nela vão evoluindo e deixando inscritos os processos de evolução, é desobrigar-se de reconhecer que construção dos núcleos urbanos é um ato dinâmico, continuado e ininterrupto.

² No quadro do tipo arqueologia que hoje domina a prática arqueológica portuguesa, que assume o registo técnico de fragmentos dos factos como investigação arqueológica, raramente vemos as propostas públicas e privadas de intervenção nos núcleos urbanos serem confrontadas com o conhecimento e o património ocasionado pela Arqueologia. Os resultados desse tipo de intervenções, burocraticamente respeitantes da lei, nunca permitirá um conhecimento legível e que possa satisfazer o direito social de tomar partido nos casos de conflito, muito menos apresentar a arqueologia como um saber indispensável na tomada de decisões sobre políticas de planeamento.

A prática atual, todavia, remete para uma vocação de registo e preservação de elementos significativos do património arqueológico ameaçados por obras, atuando como medida para acautelar a destruição do património sem qualquer registo.

³ Sobre o conceito veja-se: Noizet, Hélène, “La fabrique urbaine de Tours: une analyse dialectique entre sociétés et espaces urbains (IX^e-XIII^e siècle)”, dans *Voisinages, coexistences, appropriations. Groupes sociaux et territoires urbains (Moyen Âge - 16^e siècle)*, édité par Chloé Deligne et Claire Billen, p. 19-37, Turnhout, Brepols, 2007.

Desvalorizar a coesão do núcleo urbano como um todo inseparável significa subtrair a estes contextos arqueológicos possuidores de grandes quantidades de informação de natureza muito variada o papel determinante que ocupam na reflexão sobre os quadros teóricos e as metodologias em que se baseia o trabalho arqueológico e apagam o seu contributo decisivo no debate sobre as formas contemporâneas de apropriação do passado.

O projeto *Arqueologia das cidades de Beja: onde a cidade se encontra com a sua construção* é parte integrante de um mais amplo trabalho de investigação que *grosso modo* se desenvolve no espaço que poderá ter correspondido ao território da colónia romana de *Pax Iulia* e objectiva o estudo dos processos de evolução que conduziram à atual cidade de Beja. Este projeto, beneficiou na sua concepção da experiência de alguns anos de trabalhos arqueológicos no centro histórico da cidade e de um profundo conhecimento da mesma, no tempo longo e nos ritmos mais pautados da sua construção. Beneficiou, também, de uma sistemática interlocução entre a Arqueologia, a História e a Arqueogeografia, onde se destacou o Estudo de Gérard Chouquer sobre a morfologia da cidade (Chouquer, 2012), o qual torna claro que além de um sítio arqueológico a cidade é, fundamentalmente, um sítio morfológico e que nenhum trabalho arqueológico pode augurar afirmar o conhecimento da dinâmica da cidade se excluir o estudo morfológico.

Desenvolveu-se a partir das escavações no centro da cidade, situadas no logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, as quais durante uma década se fizeram a ritmo incerto, em virtude de um conflito surdo com os poderes locais e com as entidades nacionais que regulamentam os trabalhos arqueológicos, por estes se interessarem pouco interessados nos seus resultados. Uma década depois do seu início, e na sequência de uma insistente persistência, as entidades locais reconheceram a pertinência do projeto científico e acolheram o potencial dos elementos patrimoniais exumados como sujeitos valorizadores num projeto de desenvolvimento local.

Em consequência, prolongou-se a escavação para a área do edifício dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Beja limitando-se pela Praça da República a este, a Rua dos Prazeres e Escudeiros a oeste, a Rua da Moeda a sul e o conservatório do Baixo Alentejo a norte. Os trabalhos correram em diálogo articulado com o projeto de reconstrução do edifício dos serviços técnicos que, entretanto, ardera. Este facto permitiu ampliar a área arqueológica e, em razão da dimensão que esta alcançou e do carácter inesperado e surpreendente bom estado de conservação dos vestígios exumados,



FIG. 1. ??????????
(falta legenda)

proporcionou à arqueologia emergir como determinante na reflexão sobre as condições de revitalização do centro histórico da cidade. (FIG.1)

A busca dos mecanismos mais adequados para operar a transferência do conhecimento sobre o passado e dos seus elementos materiais para o presente da cidade e dos modos mais apropriados para os enquadrar como elementos de usufruto social e como instrumento de desenvolvimento ao serviço da comunidade, em acordo com o princípio de que os espaços atuais são um instante de um processo de evolução que se não compreende em abordagens que o compartimentem em fragmentos do tempo histórico ou em parcelas dos seus componentes morfológico, ecológico, social, político, económico cultural, etc, passou a fazer parte integrante do processo e da abordagem arqueológica em curso.

As cidades históricas, por serem espaços de longa e continuada ocupação, são espaços privilegiados para conferir as configurações e as modalidades que ao longo do tempo da sua construção assumiram os processos de confluência do passado com o presente, quer tenham resultado de ações conscientes e planeadas ou de atos completamente inesperados e fora de qualquer plano organizado..

A construção urbana realizada pelos indivíduos, isolados ou colectivamente, ao longo do tempo é o resultado de um processo de experientiação. Este processo que Gedlin considera (GEDLIN, 1997) ser através dele que ocorre a criação do significado e de tudo aquilo que possa ser significativo para o indivíduo ou a comunidade, implica os aspectos físicos e representativos inerentes à vida das pessoas. Trata-se de um processo dinâmico e não se

confunde com o conteúdo, pois que este é todo o tipo de símbolos derivados daquele no decurso da criação do significado.

Não é, pois uma forma acabada; ela é a matéria prima capaz de adquirir qualquer forma; mais do que a estatueta ou o vaso, trata-se da argila passível de molde (PUENTE, 1978, 73). A experienciação responde, assim, por total da atividade das sociedades e comporta as práticas e representações dos grupos e os processos de reciclagem, transmissão, transformação, reformulação funcional e todos os outros que constituem o potencial que a construção vai inscrevendo no espaço, não se prestando a permitir que a materialidade do mundo social se reduza a um sistema de comunicação susceptível de ser decodificado (HODDER, 1991, LITTLE, 1992. LITTLE y SHACKEL, 1992) e a que a interpretação da espacialidade se faça como se esta fosse uma metáfora do passado (ZARANKINI, et alli, 2011).

De entre os muitos caminhos que a Arqueologia vão tomando, alguns deles privilegiando as abordagens do carácter simbólico dos factos arqueológicos, outras o seu carácter funcional, existe uma arqueologia que se situa na compreensão dos processos dinâmicos que caracterizam a evolução das sociedades, atentando na dimensão híbrida dos factos que a caracterizam.

É na complexidade e no hibridismo que a experienciação e os factos comportam que o projeto inscreve a sustenta a reflexão sobre a cidade histórica de Beja. A leitura das mutações impressas no espaço urbano, onde as necessidades de reconstruir e construir de novo, ampliar, reciclar ou readaptar, recuperar ou descartar em definitivo dão origem a processos complexos de consolidação, nem sempre são fáceis de observar, desmotivou qualquer tentativa de desibridar os factos visando facilitar a sua explicação ou o seu encaixe num qualquer facto da história.

Ao contrário, estimulou a pesquisa de um método alternativo ao método estratigráfico que a Arqueologia nos propõe, por este se não adequar a uma explicação coerente da relação de convivência e partilha que se foi observando do construído, neste processo de reciclagem e renovação funcional continuada e não ser incapaz de permitir a observação dos processos evolutivos de outro modo que não seja as duas dimensões, vertical (factos diacrónicos) e horizontal (factos sincrónicos). Totalmente inepto, por exemplo, para abordar estruturas que se enquadrem e ganhem nova função em períodos outros períodos que não sejam os da sua construção, noutra raciocínio que não seja o da reutilização, o método estratigráfico deu lugar uma metodologia adequada a registar e refletir sobre a complexidade observada na inesperada e profunda camada de sedimentos e na reserva documental que nela se encerra onde se privilegiam temporalidades de dimensão espacio-temporal, que permitem

acompanhar e perceber as dinâmicas dos processos de reciclagem próprias da evolução e crescimento das sociedades num tempo longo.

Numa nova metodologia assentámos a leitura dos factos arqueológicos e no conceito de *fábrica urbana* encontrámos o suporte para poder explicar a urbanização de outro modo que não seja o de focalizar-se num projeto ou em projetos pontuais de planeamento e de urbanismo e para aceder aos vestígios, visando perceber na longa duração a relação entre as atividades sociais e o espaço urbano, e entre este e os projetos dos habitantes.

De par com outros restos materiais, o conjunto de edifícios e ruas dos quais, por exemplo, as construções romanas se utilizam como elementos da cidade no século XVIII, depois de terem feito parte dos planos urbanísticos das cidades islâmicas e medievais e servirem depois como alicerces a edifícios do século XX, permitem-nos ter uma imagem desse processo de construção, evolução e desenvolvimento da cidade ao longo dos tempos e de poder ver transparecer a vitalidade da cidade romana, a grandeza da cidade muçulmana no século XI/XII, forte e atrativa até ao reinado de D. João III, mesmo atravessando períodos de conflitos mas, também, o enfraquecimento do carácter cosmopolita que a caracterizava e que lhe vinha desde os tempos muito anteriores aos romanos, que desde então se verifica.

Ativas ao longo dos tempos, as estruturas vão desempenhando funções distintas em tempos diferentes o que lhes confere um carácter pluri-temporal, pois que, por serem de vários tempos se não podem atribuir a nenhum período.

O evidente contraste entre a história escrita da cidade de Beja e o testemunho dos vestígios que o tempo legou como herança implicou uma alteração dos paradigmas e argumentos com que a investigação tem feito o debate sobre o processo de construção da cidade.

Não se afirma que uma visão dinâmica exclua uma leitura mais pormenorizada reportada a um período da História, o que faz é outra proposta de abordagem. Não se trata de recusar as análises cronológicas; trata-se de inverter o paradigma: não é cidade romana ou a cidade medieval que pesquisamos, o que pesquisamos é o processo de construção e é ele que nos informa o que existe em termos de cidade romana ou de cidade medieval.

Na planta (FIG. 2) assinalam-se sem dificuldade um edifício pré-romano, dois templos romanos, pertencentes a dois distintos planos urbanísticos da cidade, um em tempo antes de Cristo e o outro imediatamente a seguir ao virar da era, um quarteirão artesanal que no final do século XV/XVI se acomoda no interior dos alicerces romanos nos quais nos séc. XIX e XX, molda e alicerça um conjunto edificado.

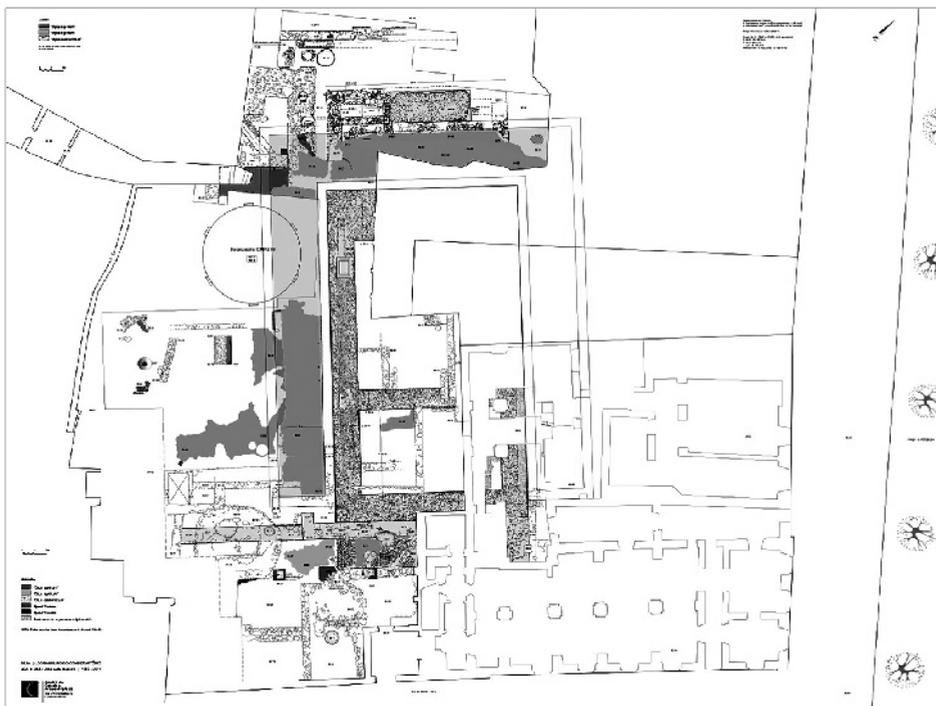


FIG. 2. ?????????(falta legenda)

O excelente estado de conservação de algumas construções e os contextos em que se encontram permitem essa leitura. Pode destacar-se, pelo carácter raro do seu plano arquitectónico o templo romano datado do reinado de Tibério, cuja estrutura repete as dimensões e modelo da Maison Carré, em Nîmes, (FIG. 3, 4) mas que se distingue desta por comportar um tanque de água rodeando três dos seus lados, característica que na arquitetura romana apenas se conhece na vizinha cidade de Évora. Todavia, por ser no miolo deste mesmo templo, de paredes laterais de 2,75 m, que se conserva em 3 metros de altura, que durante todo o período medieval e moderno, depois de devidamente compartimentado se vão acomodando funções (FIG. 5), que a sua valorização como estrutura romana se pode discutir, sobretudo quando, por enquanto, surge como objecto isolado na arquitetura daquele período.

A ocupação interna e as construções de adaptação do espaço só terminam nos anos 40 do século XX quando se construiu alicerçada em suas paredes uma casa que haveria de permanecer até ao início do Século XXI quando voltou a ser possível ver as estruturas romanas, as pré-romanas e as que depois se aí construíram.



FIG. 3. ??????????
(falta legenda)

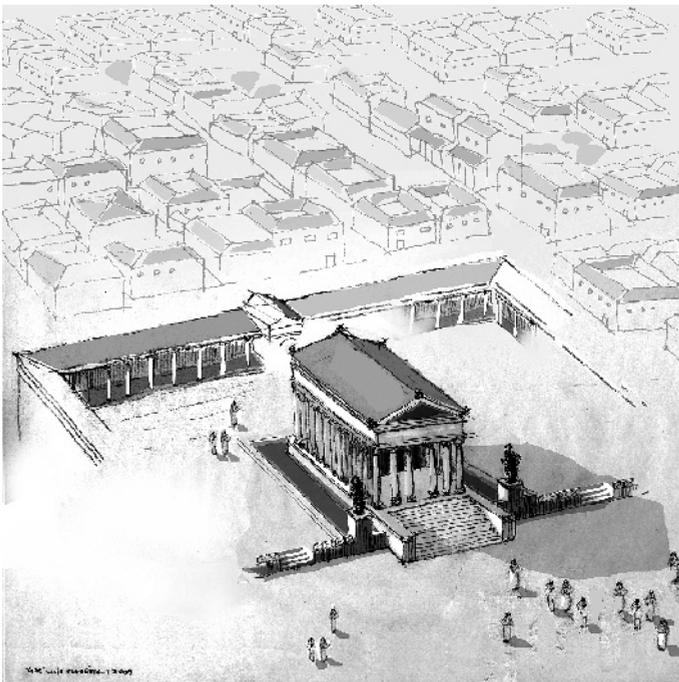


FIG. 4. ??????????
(falta legenda)



FIG. 5. ??????????
(falta legenda)

Arqueologia das cidades de Beja, previamente a uma análise detalhada e periodizada prefere assumir o carácter não determinante da cronologia para o conhecimento sobre o passado e aliviar o trabalho arqueológico dessa obsessão pelo pressuposto historicista e modernista que compartimenta o tempo em camadas empilhadas umas sobre as outras, correspondendo a cada uma delas a uma estrutura social e toma o tempo como medida valorativa, conferindo maior valor ao mais antigo. A paisagem urbana de Beja estrutura-se na herança de um povoado pré romano de dimensões largas ainda não definidas, na colónia romana de *Pax Iulia* e na destacada Beja medieval e moderna, sem que algum destes tempos se posicione mais importante.

É nesse perspectiva que, atendendo ao valor científico e patrimonial dos dados, ao seu carácter inédito e ao evidente potencial como propiciador de desenvolvimento local e regional, que desenha uma estratégia de desenvolvimento. Valorizando de modo equivalente o património da cidade de Beja, cidade com estatuto de colónia e capital de *conventus* em época romana, aquele correspondente ao seu passado em épocas anteriores à romana e o de todas as outras cidades que depois dela se sucederam e colocando-o em articulação profícua com o presente, o projeto apresenta-se como um oportunidade de valorizar o passado como um processo em construção no presente atribuindo-lhe um papel ativo no desenvolvimento da cidade atual, estruturado na materialidade da sua memória colectiva e numa concepção de *reciclagem* para a contemporaneidade.

A Arqueologia ao estudar a dinâmica das sociedades do passado, resgata e acrescenta elementos ocultados ao diálogo entre os tempos e, numa perspectiva profundamente inclusiva, pode convocar a comunidade à participação na concepção de novas formas de usufruir o passado e diligenciar para que eventuais impactos positivos deste encontro possam traduzir-se em melhorias de qualidade de vida.

Abandonado o formato tradicional de museu e propondo como alternativa um museu aberto pois que as peças serão distribuídas por espaços públicos e emblemáticos da cidade (cafés, restaurantes, mercado, hotéis,...) onde se instalarão estruturas simples e condições de segurança para que as peças possam ser exibidas, de modo a que cada uma delas remeta para percursos no interior da cidade, propõe-se entregar à comunidade a guarda do seu património e dar aos seus membros a possibilidade de recriar roteiros alternativos e complementares da cidade em torno de objetos da sua história.

Ao invés de um museu, onde o habitante local raramente vai e o visitante pode lá ir sem se quedar na cidade, este museu aberto implica a comunidade local na preservação do seu património e convoca o visitante a entrar na vida da comunidade.

Arqueologia das Cidades de Beja: onde a cidade se encontra com a sua construção não propõe o passado como cenário, desafia o presente a herdar o seu passado e a usar essa transmissão na sua construção.



FIG. 6?. ??????????
(falta legenda)

Esta não está
mencionada no texto

Bibliografia

Zarankin, Andrés; Senatore, María Ximena y Salerno, Melisa A., (2011),

‘Tierra de Nadie’: Arqueología, Lugar y Paisaje en Antártida. ‘No Man’s Land’: Archaeology, Place and Landscape in Antarctica” Revista Chilena de Antropología, No. 24 2do Semestre

Hodder, I. 1991. “Postprocessual archaeology and the current debate”. En Processual and Postprocessual Archaeologies: Multiple Ways of Knowing the Past, compilado por R. Preucel, pp: 30-41. Center for Archaeological Investigations, Carbondale.

Little, B. (1992), “From icons to ideology: A perspective on artifacts and historical archaeology”. En The Art and Mystery of Historical Archaeology. Essays in Honor of James Deetz, compilado por A. Yentsch y M. Beaudry, pp: 208-213. CRC Press, Florida.

Little, B. y Shackel, P. (1992), “Meanings and uses of material culture: Introduction”. Historical Archaeology 26 (3): 1-4.

GENDLIN, Eugene T. (1997), Experiencing and the Creation of Meaning: A Philosophical and Psychological Approach to the Subjective”, Evanston, Northwestern University Press (original publicado em 1962)